

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA RECEITA FEDERAL DO RIO GRANDE

Luciana Souza de Brito¹

Fabiana Rodrigues Henriques²

Sara Orcelli dos Santos³

Resumo:

O trabalho apresenta resultados iniciais obtidos a partir da implantação do projeto “Diagnóstico, higienização e acondicionamento de documentos históricos da Receita Federal do Rio Grande”. O projeto tem por objetivo a proposição de ações no tratamento dos documentos históricos da Receita Federal do Rio Grande, localizados no interior do prédio da instituição, em sala específica. Assim, para o desenvolvimento desse projeto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: elaborar um diagnóstico do acervo de documentos históricos; higienizar, de acordo com os preceitos arquivísticos, o acervo; propor um sistema de acondicionamento, bem como o desenvolvimento de invólucros de proteção para o material; propor um sistema de identificação do acervo. A proposta de elaboração e desenvolvimento desse projeto surgiu da necessidade de se aplicar conhecimentos teóricos e metodológicos visualizados no decorrer do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (Furg). Assim, a possibilidade de aplicar os pressupostos arquivísticos ao acervo da Receita Federal do Rio Grande, constitui-se oportunidade de relevância para as acadêmicas do curso, bem como numa possibilidade de preservar uma parcela da documentação histórica produzida pela instituição na cidade do Rio Grande, uma vez que a instituição não dispõe de arquivo central.

Palavras-chave: arquivo histórico, Receita Federal, diagnóstico, higienização e acondicionamento.

¹ Professora do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, mestre em patrimônio cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, coordenadora do projeto. E-mail: lucyanabrito@yahoo.com.br

² Acadêmica do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, bolsista da Receita Federal, participante do projeto. E-mail: babyhenriques@yahoo.com.br

³ Acadêmica do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, bolsista da Receita Federal, participante do projeto. E-mail: sara.santos2906@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho visa apresentar as ações desenvolvidas com vistas à preservação dos documentos históricos da Receita Federal do Rio Grande. A primeira das ações desenvolvidas diz respeito à implementação e desenvolvimento do projeto “Diagnóstico, higienização e acondicionamento de documentos históricos da Receita Federal do Rio Grande”. O projeto, iniciado em outubro de 2009, tem por objetivo a proposição de ações com vistas ao tratamento dos documentos históricos da Alfândega da Receita Federal do Rio Grande, que se encontravam armazenados no último pavimento da torre do prédio da Alfândega.

A Alfândega da Receita Federal do Brasil constitui uma das unidades descentralizadas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Essa secretaria se estabeleceu pelo decreto n. 63.6559, de 20 de novembro de 1968, que substituiu a Diretoria-Geral da Fazenda Nacional, unidade que havia sido instituída no ano de 1934. A RFB é um órgão público, subordinado ao Ministério da Fazenda (MF), à qual compete administrar os tributos federais, o controle aduaneiro, entre outras funções.

Atualmente, no prédio da Alfândega, estão estabelecidas as seguintes unidades: a Alfândega da Receita Federal do Brasil (ALF), a Agência da Receita Federal do Brasil (ARF), a Procuradoria da Fazenda Nacional e o Museu da Cidade do Rio Grande.

O projeto, referido anteriormente, surgiu a partir do conhecimento, por parte da equipe, do local de armazenamento do acervo e da forma de acondicionamento e tratamento do mesmo, assim esse se propõe ao desenvolvimento de ações de conservação como a higienização, o acondicionamento e a elaboração de invólucros para os documentos encadernados. Posteriormente serão desenvolvidas outras ações, por meio da realização de outros projetos, com vistas à preservação do acervo.

Para desenvolver o projeto, inicialmente foram desenvolvidas atividades com vistas ao conhecimento do contexto histórico de produção dos documentos. Nesse sentido, foram coletadas informações sobre a cidade do Rio Grande e a importância da Alfândega para o seu desenvolvimento. Dessa forma, são apresentados nesse trabalho dados que caracterizam o surgimento da Alfândega e da documentação produzida pela instituição. Pode-se afirmar que, nesse contexto, a documentação produzida por essa instituição torna-se histórica, pois retrata um período vivenciado pelos diferentes atores sociais presentes na cidade do Rio Grande no decorrer dos séculos XIX e XX.

Histórico da cidade do Rio Grande e criação da Alfândega

No período da União Ibérica (1580-1640), foi desenvolvido, por espanhóis e portugueses, um intenso comércio no Rio da Prata. Sendo assim, a região do Rio Grande teve importância militar e geopolítica, servindo também para a colonização e expansão econômica da área. O povoamento da região teve início em 19 de fevereiro de 1737 quando o Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou com o propósito de garantir a posse destas terras e aqui fundou o Forte Jesus, Maria, José. Esta fortificação constituiu o primeiro núcleo luso-brasileiro no território onde hoje se localiza o Rio Grande do Sul, o que torna a cidade do Rio Grande a mais antiga do estado. A Vila do Rio Grande passou a ser assim denominada a partir da Carta Régia de 19 de julho de 1747.

De acordo com a literatura encontrada a respeito da Alfândega, essa foi criada a partir de um decreto, publicado em 19 de novembro de 1749, que instituiu no Rio Grande uma Provedoria Privativa para a administração das Rendas Públicas da província. Até então, essas eram geridas por um Comissário de Mostras e esse prestava contas à Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro.

Consta, na Correspondência da Corte de Portugal com os Vice-Reis do Brasil, conforme Azevedo (2004, p. 31) *apud* Arquivo Nacional, que, “em 15 de julho de 1800 foi mandado estabelecer no sítio mais conveniente, uma Alfândega para as Capitânicas do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina” (fls. 182, Livro 21). O referido autor também cita que, “Em 14 de novembro de 1801 requisitava-se de Portugal, informações sobre pessoal, vencimentos e o melhor local para a Alfândega do Rio Grande (fls. 195, livro 22)”. Posteriormente também menciona que através de uma Carta Régia “de 14 de julho de 1802, dirigida ao Vice-Rei e Capitão-General, D. Fernando José de Portugal e ao Governador desta Capitania, Paulo José da Silva Gama, foi abolida a Provedoria Privativa e se estabelece em seu lugar uma Junta de Fazenda idêntica às que se achavam fundadas em outras Capitânicas do Ultramar”.

Assim, em 28 de julho de 1802, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dirige ao Vice-Rei D. Fernando José de Portugal uma Provisão em que lhe diz que

Havendo S. A. Real encarregado a Paulo José da Silva Gama, Governador do Rio Grande, de informar sobre o estabelecimento, taxaço e variação com que deverá ser formada a Pauta da nova Alfândega daquela Capitania é o mesmo Sr. Servidor ordenar que, para o referido governador possa melhor informar sobre esta matéria V. Ex. ^a lhe mande dar a Pauta da Alfândega desta cidade. (AZEVEDO, 2004, p. 31-32).

Diante do desenvolvimento da Província e da necessidade da Coroa Portuguesa em controlar a entrada e saída de navios de mercadorias, foi cumprida a ordem de 15 de julho de 1800 para que fosse estabelecida uma Alfândega que, segundo Pimentel (1944, p. 350) “foi criada por aviso de 7 de março de 1803 e confirmada por Carta Régia de 15 de julho de 1804; mas segundo aquele aviso, foi instalada em 1º de outubro de 1804, como consulado, sujeito ao juiz da Alfândega de Porto Alegre”.

Primeiramente a Alfândega do Rio Grande estabeleceu-se em prédio próprio na atual Rua Marechal Floriano onde funcionou até o ano de 1832. A partir desta data, o prédio passou à ser utilizado para aulas públicas, como armazém da Praça do Comércio, como Recebedoria das Rendas Internas e como Mesa de Rendas da Província. Devido às más condições, o primeiro prédio foi demolido em 15 de janeiro de 1859. O segundo prédio (Figura 1) foi inaugurado em 1832 e foi sendo concluído aos poucos. No térreo funcionava a Alfândega e no primeiro andar funcionava o Consulado e a Recebedoria.



Figura 1: Segundo Prédio da Alfândega

O terceiro e último prédio da Alfândega (Figura 2) encontra-se no mesmo terreno do anterior agregado ao antigo espaço ocupado pelo Arsenal da Marinha.



Figura 2: Terceiro Prédio da Alfândega

A proposta de edificar um novo prédio que atendesse melhor às necessidades da Alfândega ocorreu durante a construção do Cais, atual Porto Velho, que se estendia ao fundo da Alfândega. De acordo com Azevedo (2004, p. 42):

A Ordem do Tesouro nº 61, datada do Rio de Janeiro em 18 de maio de 1874, dizia o seguinte:

“O Visconde do Rio Branco, Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, resolve enviar inclusos ao Sr. Inspetor da Tesouraria da Fazenda da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a planta e o orçamento, que acompanham o seu ofício nº 53 de 31 de março de 1873, organizados pelo Coronel Carlos Résin Filho, para a construção de um edifício destinado à Alfândega da cidade do Rio Grande; a fim de ponha em hasta pública a execução das citadas obras, pela quantia de 232:967\$391 réis em que estão orçadas; ficando porém o respectivo contrato pendente da aprovação do Tesouro Nacional.(Assinado) Visconde do Rio Branco.”

O prédio foi construído no período de 1874 a 1879 e situa-se na região central da cidade de Rio Grande. O mesmo possui quatro entradas centrais, em que três são cobertas por abóbodas e uma por uma torre erguida, na entrada do cais com trinta metros acima do nível do mar, que servia de sentinela para fluxo de navios no porto, conforme pode ser visualizado na Figura 3.



Figura 3: Em destaque uma das abóbodas e a torre do prédio da Alfândega

Em 1877 foram trazidos o sino e o relógio desta torre, sendo que o relógio passou a funcionar após um ano. O acervo, foco desse trabalho, encontrava-se armazenado nesta torre e possui como característica uma grande quantidade de documentos encadernados, totalizando 752 volumes, que correspondem a aproximadamente 24,84 metros lineares. Salienta-se que o acervo seria muito maior, pois, durante o levantamento realizado, percebeu-se a falha em algumas sequências de

documentos, logo, muitos destes documentos desapareceram. Dentre os documentos restantes, citam-se alguns tipos documentais e seus respectivos períodos de produção, que, identificados no levantamento, podem ser visualizados na Tabela 1 - Tipos documentais encontrados na instituição, disponibilizada a seguir.

Tabela 1: Tipos documentais encontrados na instituição

Tipos	Período	Nº de Volumes
Folha de pagamento do 7º Batalhão de Infantaria	1855	1
Livros de socorros	1866-1913	9
Folha de pagamento de Officiaes Aduaneiros	1918-1928	8
Folha de Pagamento da Polícia Aduaneira	1923-1947	7

Ainda com relação ao prédio, pode-se afirmar que o mesmo passou por diversas reformas para garantir a segurança da estrutura e a restauração de seus traços originais, no intervalo de 1972 a 1986. Para tanto, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN na data de 22 de agosto de 1967.

Salienta-se que atualmente está ocorrendo nova reforma na estrutura do edifício, iniciada pelo telhado que apresenta infiltrações e apodrecimento. Em seguida ocorrerá a troca do assoalho no salão onde funciona o Museu da Cidade, que se encontra muito danificado. Na próxima fase, ocorrerá a recuperação do assoalho e restauração dos elementos de decoração, além dos rebocos externo e interno e, posteriormente, a climatização do ambiente. Sendo assim, a reforma se dá pela iniciativa da atual administração que, além de primar pela segurança dos servidores, também procura manter em boas condições de uso o seu patrimônio, tanto o edificado quanto o documental.

No que concerne ao patrimônio documental, pode-se evocar as palavras de Vázquez (2004, p.76) quando esse diz que os documentos de gestão fazem parte do patrimônio cultural, assim como o patrimônio bibliográfico, edificado, folclórico, cinematográfico entre outros. Sendo assim,

Entre éstos, ocupa un lugar único porque, careciendo de intencionalidad narrativa al igual que el patrimonio edilicio y el folclórico, es más explícito que ellos y se acerca en claridad informativa al patrimonio bibliográfico y cinematográfico, que tienen intencionalidad narrativa y, por lo tanto, menos fresca testimonial. Así pues, el patrimonio de los documentos de archivo

goza de la veracidad testimonial del edilico y del folclórico, y de una claridad expositiva similar a la del bibliográfico y cinematográfico.

Nesse contexto, os documentos produzidos por instituições, no desempenho das suas atividades, também podem ser identificados como um patrimônio cultural, merecendo, nesse sentido, ações com vistas à manutenção e preservação do seu conteúdo. Bellotto (2006) também aponta para a concepção de que a informação administrativa, presente nos arquivos, não se restringe a si e pode ser utilizada como um meio de difusão cultural e de transmissão da memória. Assim para a autora

a informação administrativa – contida, por sua realidade jurídico-institucional, nos arquivos correntes e, posteriormente, como testemunho em fase intermediária ou como fonte histórica, custodiada nos arquivos permanentes – não se restringe a si mesma. Se a considerar-mos de modo mais abrangente, analisando-a como transmissão cultural, lançada para o futuro por meio de diferentes documentos grafados em diferentes suportes, ela pode significar muito mais, quando aliada à outros dados/informações oriundos de campos não-arquivísticos. (Bellotto, 2006, p. 271).

Nesse sentido, para a preservação e para a conservação do patrimônio documental encontrado na instituição, estão sendo desenvolvidas as ações detalhadas a seguir.

Diagnóstico do acervo documental

Após o primeiro contato com o acervo, a equipe iniciou a realização do diagnóstico e levantamento documental. Esse procedimento foi executado com o auxílio de um formulário pré - estabelecido (Figura 4) que possibilitou a identificação dos tipos documentais, seus assuntos e períodos, assim como seu estado de conservação, número de páginas, localização e observações gerais.

Formulário de levantamento da produção documental e diagnóstico do acervo						
Tipo documental	Assunto	Período	Nº de páginas	Estado de conservação	Localização (E= estante/P= prateleira/L= livro)	Observações
Folha de pagamento dos Officiaes Aduaneiros	Folha de Pagamento com as descrições de promoções dos officiaes aduaneiros e vencimentos	1918	51	2, 5, 1, 3, 8	E1, P1, L1	Capa de couro e tecido Etiqueta: F. Aduaneiros 1918/19.
Folha de pagamento dos Officiaes aduaneiros. SUPLEMENTO	Folha de Pagamento com as descrições de promoções dos officiaes aduaneiros e vencimentos	1918	8/51	1, 2, 5, 8	E1, P1, L2	Folha solta: mapa do ponto dos officiaes aduaneiros de julho 1918 Capa de couro e tecido Etiqueta: F. Aduaneiros 1918
Folha de pagamento dos Officiaes Aduaneiros	Folha de Pagamento com as descrições de promoções dos officiaes aduaneiros e vencimentos	1919	61/100	1, 2, 5, 4, 8	E1, P1, L3	Capa de couro e tecido Índice colado na contra capa Etiqueta: F. Aduaneiros 1919/20

Legenda do estado de conservação: (1) sujidades; (2) perfurações; (3) ondulações; (4) fitas adesivas; (5) manchas; (6) rasgos; (7) ataque de fungos/bolor; (8) danos na capa; (9) sem capa; (10) dobraduras; (11) cliques/grampos/ferrugem; (12) folhas soltas (do livro).

Figura 4: Formulário pré-estabelecido para o levantamento de informações.

Durante a elaboração do diagnóstico, constatou-se que a maior parte do acervo não está em boas condições de conservação e que o seu armazenamento e acondicionamento não estavam de acordo com os preceitos arquivísticos.

Também foi constatado que o pavimento superior da torre do prédio da Alfândega é um lugar de difícil acesso devido a sua escadaria. Além disso, o lugar possui umidade, infiltrações, oscilação da temperatura ambiente e não existe controle da radiação da luz. Outro fator de degradação são os agentes biológicos, pois, apesar de existir um controle contra insetos e roedores, observou-se que a maioria dos documentos possui perfurações por insetos e manchas decorrentes da proliferação de fungos.

Quanto ao acondicionamento, é notável a falta de invólucros de proteção para os documentos encadernados que ainda possuem as capas originais as quais estão expostas diretamente às condições ambientais.

Sendo assim, para facilitar o acesso aos livros e interromper o processo de degradação, esses foram retirados da torre e armazenados provisoriamente em um salão (área do prédio destinada a confraternizações), fato que facilitou o trabalho de levantamento de informações, o diagnóstico e higienização, pois o local é bem arejado e amplo.

Após o diagnóstico preliminar do acervo, a equipe passou a analisar, com o auxílio do formulário específico, os itens documentais e o estado de conservação de cada volume encadernado. Para tanto, conforme visualizado parcialmente no formulário de levantamento do acervo, foi atribuída uma numeração para cada tipo de dano encontrado, os quais podem ser melhor visualizados na Tabela 2 - Codificação do estado de conservação dos volumes encadernados, disponibilizada abaixo:

Tabela 2: Codificação do estado de conservação dos volumes

Número	Dano correspondente	Número	Dano correspondente
1	Sujidades	7	Ataque de fungos/ bolor
2	Perfurações	8	Danos na capa
3	Ondulações	9	Sem capa
4	Fitas adesivas	10	Dobraduras
5	Manchas	11	Clipes/grampos/ferrugem
6	Rasgos	12	Folhas soltas (do livro)

Oliveira *apud* Cassares e Tanaka (2008, p. 63) lembra que o diagnóstico é uma etapa importante a ser realizada no acervo, o qual deve ser seguido pela atividade de higienização do acervo. Assim para a autora,

deve-se fazer o diagnóstico de conservação do suporte e dos elementos sustentados para determinar o melhor método de acondicionamento e armazenamento da obra. A etapa seguinte é a higienização a seco para retirar da superfície da obra poeira e partículas de sujidade.

Dessa forma, paralelamente ao levantamento do acervo, a equipe passou ao desenvolvimento da etapa seguinte, proposta pelo projeto, que consiste na higienização de acordo com os preceitos arquivísticos. Posteriormente será realizada a proposição de um sistema de acondicionamento, bem como o desenvolvimento de invólucros de proteção para o material e finalmente um sistema de identificação do acervo.

Tratamento do acervo documental

Para o tratamento do acervo documental existente na Alfândega da Receita Federal do Brasil, a equipe do projeto está desenvolvendo inicialmente algumas ações de conservação do mesmo. Em termos conceituais, faz-se necessário diferenciar a utilização das expressões “preservação” e “conservação” com vistas ao pleno entendimento da proposta de trabalho.

Nesse sentido, preservação segundo Cassares (2000, p.12) “é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”. Já o termo conservação segundo a mesma autora, corresponde a

um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamentos). (CASSARES, 2000, p.12)

As ações iniciais para o tratamento do acervo da Alfândega da Receita Federal consistem em medidas visando à conservação, tendo em vista que tais providências são necessárias para a implementação de uma política de preservação.

Assim, a partir do diagnóstico, a equipe passou a realizar a higienização mecânica no acervo, com a utilização de trinchas, papel para proteção das mesas e equipamentos individuais de proteção – EPI. Entre os EPIs utilizados estão as luvas de procedimentos cirúrgicos, óculos de proteção, jalecos de tecido e máscaras que evitam a

contaminação do usuário por substâncias poluentes e o surgimento de dermatites e alergias.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, (2005, p. 103) a higienização consiste “na retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeira e outros resíduos, com vistas à preservação dos documentos”. A sujeira provoca um processo de degradação nos documentos, nesse sentido, além da higienização mecânica a equipe também está trabalhando para cessar os efeitos causados pelas más condições de armazenamento e manuseio, desfazendo dobraduras, retirando grampos entre outros objetos, metálicos ou não, encontrados do interior dos livros.

O processo de higienização é desenvolvido a partir da utilização dos seguintes procedimentos: utilização de uma trincha para a capa (que apresenta maior sujeira, pois foi exposta a diversos tipos de contaminantes, como poeira, poluição do ar, umidade) e de outra para as páginas do volume encadernado. As trinchas são diferentes, pois ao se utilizar uma mesma trincha essa pode passar impurezas e outros resíduos para o material que está sendo higienizado.

De forma detalhada, os passos para aplicação desse processo consistem em realizar a limpeza da capa, lombada e miolo com a trincha reservada para a capa. Em seguida são higienizadas as folhas, página a página, com a trincha reservada para essa atividade. A seguir aplica-se a trincha no sentido de dentro para fora das folhas e na região da costura (lombada) no sentido de baixo para cima.

O processo de higienização deve ser realizado com cautela, pois os volumes encadernados possuem muitas páginas, que estão fragilizadas, o que torna esse procedimento uma tarefa que ocupa um maior período de tempo da equipe de trabalho. Diante disso, a equipe encontra-se nessa etapa do tratamento documental proposto para a Alfândega da Receita Federal do Brasil.

Conclusões

Conforme o que foi apresentado, o projeto está em desenvolvimento e encontra-se na etapa de higienização, que é fundamental para a conservação do acervo. Estão concluídas as etapas do diagnóstico e do levantamento dos tipos documentais contidos no acervo. Para o futuro, está previsto a elaboração de um sistema de acondicionamento, com invólucros de proteção para o material e um sistema de identificação do acervo.

Sendo assim, a equipe aguarda que seja disponibilizada pela administração uma sala de armazenamento que possua melhores condições para a guarda dos documentos.

A realização das atividades, tanto aquelas que foram concluídas, como a que está em andamento, possibilitou que as acadêmicas do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) exercessem os conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos até o presente momento. Além disso, tais ações são de grande valia para a preservação e conservação do patrimônio documental da Alfândega da Receita Federal, pois, através do diagnóstico, foi possível observar o estado de conservação de cada volume encadernado, o que será muito proveitoso para o desenvolvimento de ações posteriores.

Quanto ao levantamento, este tornou possível conhecer o acervo e constatar que, nesse, encontram-se documentos históricos que permitem a compreensão do trabalho exercido pela Alfândega da cidade do Rio Grande, nos séculos XIX e XX.